

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN
CNTSS – CONDSEF – CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA – FENAJUFE
FENAPRF – FENASPS – PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDIFISCO-
Nacional – SINDIRECEITA – SINPECPF – SINTBACEN – UNACON-Sindical

Ofício do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

Brasília, 11 de julho de 2016

Excelentíssimos Senhores

Ministro do Planejamento do Estado, Orçamento e Gestão

Sr. Secretário de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho

Brasília- DF

Protocolo Geral K
Ministério do Planejamento
Número () original e () cópia
Em 11/07/16 às 17:20h

Em 2015, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais realizou reuniões com o governo federal, entretanto, o resultado final da Campanha Salarial dos SPF foi diferenciado para cada entidade. Mesmo diferenciado, os resultados foram consequências da unidade dos SPF.

Em 2016, a nossa prioridade é a **defesa dos serviços públicos de qualidade para a população e dos direitos dos servidores** e a partir deste mote, destacamos eixos centrais: Negociação e política salarial; Direitos previdenciários e Condições de trabalho e financiamento. Pautas imprescindíveis para os servidores públicos federais e que sequer foram discutidas nas mesas de reuniões em 2015. Segue, em anexo, os itens da pauta que compoem cada eixo.

Diante do exposto, reiteramos a necessidade de realizar reunião com os representantes do Fórum das entidades dos SPF com o objetivo de avançar na discussão da pauta geral da campanha unificada dos SPF de 2016.

Pauta da Campanha Unificada dos Servidores Públicos Federais de 2016

NEGOCIAÇÃO E POLÍTICA SALARIAL

1. Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
2. Data-base em primeiro maio;
3. Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT;
4. Paridade salarial entre ativos e aposentados;
5. Isonomia de todos os benefícios entre os poderes;
6. Isonomia salarial entre os poderes;
7. Incorporação de todas as gratificações produtivistas;

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais
SCS Quadra 2 Ed. São Paulo – Sala 517 – Telefone: (61) 3321-2224
Cep.: 70.317-900 – Brasília/DF

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN
CNTSS – CONDSEF – CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA – FENAJUFE
FENAPRF – FENASPS – PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDIFISCO-
Nacional – SINDIRECEITA – SINPECPF – SINTBACEN – UNACON-Sindical

PREVIDÊNCIA

1. Anulação da reforma da previdência de 2003;
2. Barrar a anunciada contrarreforma da previdência;
3. Revogação do FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;
4. Fim da adesão automática ao FUNPRESP;
5. Aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;
6. Aprovação da PEC 56/2014, que trata da aposentadoria por invalidez;
7. Extinção do fator previdenciário e da fórmula 90\100;
8. Contar para redução de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, a exposição à radioatividade, periculosidade e insalubridade, sem necessidade de perícia técnica individual.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E FINANCIAMENTO

1. Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas;
2. Retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF;
3. Fim da terceirização e toda forma de privatização e de precarização;
4. Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria;
5. Revogação da lei de criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Organizações Sociais (OS's);
6. Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;
7. Regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário;
8. Garantir acessibilidade aos locais de trabalho no serviço público;
9. Contra a exigência de controle de ponto por via eletrônica no serviço público;
10. Pelo cumprimento dos acordos assinados entre entidades dos SPF e Governo Federal.

Além disso, gostaríamos de incluir na discussão as preocupações dos representantes das entidades em relação ao PLP 257 e mais recente com a PEC 241 e agora de forma mais imediata a MP 739/2016, que impacta de forma extremamente negativa os serviços públicos e a população em geral.

Saudações Sindicais

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais
SCS Quadra 2 Ed. São Paulo – Sala 517 – Telefone: (61) 3321-2224
Cep.: 70.317-900 – Brasília/DF